

## A INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

Marilucia Ferreira de Sousa

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

Kellis Denis de Brito Sousa

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

Iramaia Souza dos Santos

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

Luis Rafael da Silva Valadão

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU Porangatu

### INTRODUÇÃO

As culturas africanas definidas antropológicamente como social ou sociocultural, começaram a surgir no Brasil a partir do século XVI com a chegada dos escravizados vindos da África, contribuindo para a formação de uma sociedade com características culturais mistas. Essa presença foi tão ativa, dinâmica e influente que fez com que a população negra trazida da África, mesmo sendo escravos, se tornasse, ao lado dos europeus e indígenas nativos, elementos fundamentais na criação de uma nova cultura no Brasil. Esta fusão cultural, embora fortemente influenciada por europeus, africanos e povos indígenas, não se limita a estes grupos e é enriquecida por vários outros grupos étnicos e culturas que contribuíram para o pluralismo cultural do país ao longo dos séculos, especialmente desde o século XIX.

A diversidade cultural existente no Brasil, fruto da colonização e, construída pelos diversos povos que aqui se integraram, trazendo com suas esperanças e projetos, um patrimônio cultural através das expressões, da música, da religião e tantos outros aspectos, foram capazes de propiciar através da mescla sociocultural, a visibilidade, a afirmação e a sobrevivência de suas próprias culturas. A de se considerar que a chegada e a permanência da população negra escravizada no Brasil, com histórias repletas de sofrimentos, preconceitos, subordinação e apagamentos e, que os séculos de escravidão não foram capazes de eliminar completamente os

traços africanos que ainda ressoam fortemente entre os afrodescendentes e na população em geral, mesmo após o que se chama de “democracia racial”.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, fundamentada bibliograficamente, o presente trabalho visa responder à seguinte problemática: de que modo a cultura africana foi trazida ao Brasil e estabelecida ao longo das décadas, originando a cultura afro-brasileira? Objetiva-se demonstrar a importância dos povos africanos para o desenvolvimento da cultura brasileira, bem como sua influência em diferentes aspectos, não apenas artísticos, mas também econômicos, sociais, espaciais e religiosos.

Desta forma, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de compreender a pluralidade cultural decorrida da vinda dos negros para o Brasil, tendo em vista que o conhecimento da diversidade cultural é o caminho para um diálogo sustentável entre culturas e, portanto, entre pessoas o que contribui com a diminuição do preconceito. Portanto, o estudo e assimilação do conhecimento, cujo objetivo é determinar sua origem, torna-se fundamental e essencial para que se reconheça como parte da História em que está inserido, contribuindo para a valorização de seus aspectos, sejam eles físicos, biológicos, sociais, econômicos, entre outros.

#### DA CHEGADA AOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO

A escravidão já era existente no interior da África, contudo, a mesma em nada se assemelharia com aquela que seria propagada a partir do século XVI, chamada de escravidão transatlântica, o fato é que as disputas tribais levavam a formação de prisioneiros de guerra e daí tratados como escravos. Segundo Mattos (2016), mesmo antes do século XVI, quando os europeus ainda não haviam estabelecido relações comerciais nas bacias do Atlântico e do Oceano Índico, os escravos eram utilizados nas sociedades da África subsaariana como concubinas, criados e soldados, além de serem uma das principais exportações para o Saara, Mar Vermelho e Oceano Índico, através do comércio transaariano, principalmente com os árabes.

Nesse sentido, o tráfico negreiro deixou de ser um simples comércio local e passou a ser uma atividade muito lucrativa, o que fez com que os europeus fortalecessem o tráfico de pessoas para garantir em grande escala as exportações. Logo que os portugueses se depararam com o tráfico de escravos, buscaram intensificar suas atividades econômicas para obter mais lucros, vendo na escravidão uma oportunidade de expandir seus negócios. Assim começou e

ampliou-se esse comércio, no qual os escravizados negros eram transportados de forma desumana para as Américas e, principalmente, o Brasil. Este processo ocorria em grandes embarcações onde homens, mulheres e crianças eram submetidos a maus-tratos, empilhados uns sobre os outros, causando mortes e contaminações por diversas doenças. Nesse sentido o panorama desse processo de escravidão, é apresentado por Rodrigues (2010, p. 20),

A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização. Somente ela guardou, nos primeiros tempos, a feição portuguesa de fenômeno secundário, limitado ao serviço doméstico. Surgiu como problema brasileiro quando faltando o índio que sucumbia ou era protegido pelos jesuítas, e começando a escassear os braços para a lavoura e, mais tarde, para o trabalho das minas, se criou um comércio de escravos direto, entre a nova Colônia e a África. O grande tráfico iniciou-se pouco menos de uns 50 anos após a descoberta do Brasil com alguns navios, por particulares, enviados à África.

A chegada dos escravizados ao Brasil permitiu que mais um elemento sociocultural penetrasse em nossa sociedade colonial, recém iniciada. Cabe, contudo, já deixar claro que milhares de indivíduos, de diferentes grupos étnicos africanos vieram para o Brasil, assim, grande parte do que o Brasil se tornou é resultado da diversidade que permeou todo esse processo social, e é pela defesa de seus valores, que os afro-brasileiros têm resistido às injustiças impostas. O regime escravista foi responsável pela violência a que os africanos foram submetidos, ao lhes atribuir o valor de mercadoria, utilizando-se todos os mecanismos de coação, violência física e psicológica, além de várias formas de humilhação, incluindo assassinato, em nome dessa ordem (Freitas, 2012).

A vinda dos escravos nos propiciou conhecer os diferentes costumes dos povos africanos, dentre as diversas contribuições culturais, podemos citar a religião como uma das mais expressivas. Se olharmos do ponto de vista histórico as formas de religiosidades escrava eram percebidas pelos cristãos e colonizadores europeus como expressões perigosas de idolatria e pecado, assim qualquer prática religiosa originada de um escravo deveria ser severamente punida, para que, pelo exemplo inibisse os outros. Por outro lado, a conversão e o batismo forçado dos escravos eram utilizados como mecanismo de coação e controle, que na visão do explorador era a garantia da salvação da alma (Vidal, 2015).

No processo de abolição do trabalho escravo e desenvolvimento de uma ordem competitiva no Brasil, Fernandes (2008) assevera-nos que os negros foram deixados à própria

sorte, sem políticas e sem ajuda de antigos senhores de escravos, Estado, igreja e outras instituições para protegê-los na transição para um novo modo de produção e organização do trabalho, demonstrando que as elites não eram responsáveis pela vida daqueles que escravizaram durante séculos. Mesmo após a Proclamação da República o foco era o de apagar ou mascarar a escravidão em nosso país, como fica claro no Hino da Proclamação da República (1890) “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país/ Hoje o rubro lampejo da aurora/ Acha irmãos, não tiranos hostis/ Somos todos iguais, ao futuro/ Saberemos, unidos, levar/ Nosso augusto estandarte que, puro/ Brilha, ovante, da Pátria no altar”.

Assim, o processo de integração dos trabalhadores negros que antes eram escravizados não foi feito para permitir o acesso a melhores condições de trabalho e de vida, ao contrário, o processo foi construído para aprofundar a estrutura de dominação, exploração e subordinação dos negros em uma sociedade de classes (Fernandes, 2008). A população negra afro-brasileira foi e é excluída da ordem social competitiva, do livre mercado de trabalho, concentrando-se nas ocupações marginais do modelo econômico. O racismo torna-se então uma ideologia de dominação de classe.

As práticas racistas contra a população negra se perpetuam e resultam de certa internalização entre a população de descrições degeneradas feitas pelos aparatos ideológicos das classes dominantes através dos meios de comunicação, literatura, cinema, etc. Assim, Gonzalez (1982) apontam que práticas discriminatórias e violência simbólica contra os negros se reforçam mutuamente de forma a regular as aspirações dos negros de acordo com o que o grupo racial dominante dita e define quais “lugares apropriados” para pessoas afro-brasileiras.

O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter afrodescendentes e indígenas como segmentos inferiores das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem estudada pelos estudiosos brasileiros. Transmitida pelos sistemas ideológicos tradicionais e pelos meios de comunicação de massa, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais (González, 2011). Assim, o racismo se desenvolve objetivamente e subjetivamente para produzir estruturalmente desigualdades e que são reproduzidas nas relações sociais, deste modo, ocorria uma forma de dominação que se tornou cada vez mais complexa ao longo da história.

## A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA ESTABELECIDADA AO LONGO DOS SÉCULOS

Segundo Ferreira (2010), na definição do termo cultura pode referir-se ao complexo de padrões de comportamento, crenças, instituições, arte e expressão intelectual, transmitidos coletivamente e típicos da sociedade. A comunicação pode se dar de diversas formas: lendas, contos, novelas, filmes, fotos, obras de arte, etc.

As comunidades afrodescendentes no Brasil desenvolveram fortes laços sociais ao longo dos séculos, baseados na solidariedade, na resistência e na proteção de seu patrimônio cultural. O processo de construção destas comunidades foi marcado pela conjunção de africanos de diferentes etnias que compartilharam saberes e tradições, fortalecendo a sua identidade coletiva. Estas comunidades têm sido fundamentais na manutenção de práticas culturais e religiosas, muitas vezes em segredo, devido à repressão social e estatal que enfrentaram ao longo dos anos. A criação de quilombos e outras formas de organização social é um exemplo claro de resistência e construção de espaços de liberdade nos quais a cultura afro-brasileira pode se desenvolver e perpetuar-se.

Comunidades afrodescendentes habitaram e habitam diferentes regiões do Brasil ao longo do tempo, criaram espaços de resistência cultural e social que mantiveram a herança africana. Essas comunidades também resistiram às tentativas de silenciá-las e erradicá-las, esses espaços de ressignificação são dedicados às tradições culturais, como música, dança, comida e vestimenta de origem africana (Freitas, 2012). Desse modo, tanto a cultura material quanto a imaterial fazem parte do patrimônio de cada país, cada uma abrangendo campos específicos desse emaranhado sistema sociocultural.

Para Munanga (2000), a rigor, a primeira forma de arte plástica afro-brasileira é a arte ritual, cuja autoria é difícil de identificar devido ao seu caráter comunitário. Em 1549, os primeiros escravos chegaram à cidade de Salvador, Bahia, esses africanos trouxeram consigo conhecimentos em diversas áreas, sendo um exemplo, a fundição de metais, o papel dos escravos africanos tornou-se, assim, crucial na construção das primeiras usinas metalúrgicas do Brasil, na construção das primeiras cidades, na construção de redes elétricas, de água e esgoto, têxteis e outras atividades econômicas, além do papel fundamental de expressivas artes.

Durante o período da escravidão, a introdução da estética africana no Brasil influenciou significativamente a criação visual e cultural do país. As obras e práticas culturais africanas

deixaram uma marca duradoura na sociedade brasileira. Os "tumbeiros" traziam escravos africanos, que, segundo Quevedo; Quevedo (1996), eram em sua maioria destinados ao trabalho nos engenhos de açúcar no século XVI. No entanto, no final desse século, a busca por ouro e a expansão das atividades mineradoras alteraram a destinação dos africanos, que passaram a ser empregados também na mineração. Além disso, ao chegarem ao Brasil, os africanos eram frequentemente batizados por padres católicos, refletindo a tentativa de assimilação religiosa e cultural promovida pelos colonizadores portugueses.

Essa inserção no cenário brasileiro já traz contribuições significativas e marcos históricos, embora esse processo tenha sido limitado pelas tentativas dos colonos de apagar sua cultura nativa e ancestral, segundo Munanga (2000), podemos apontar que foi um desenvolvimento coletivo e clandestino, ou seja, os africanos não negavam os valores culturais e religiosos que trouxeram de suas pátrias, pois se reuniam para fortalecer as tradições, garantindo assim a herança e a hereditariedade desses hábitos. Durante as transições do final do século 19 e início do século 20, várias práticas culturais dos negros africanos e afrodescendentes foram perseguidas e enfrentaram forte oposição. Mattos (2016) afirma que, entre aquelas práticas rotuladas como clandestinas, temos o Candomblé e a Capoeira.

No plano geral, as artes no território brasileiro foram duramente reprimidas, ganhando espaço somente com a elevação do Brasil a sede do Império Português, apoiada principalmente em elementos europeus, excluindo assim ao longo dos séculos os elementos indígenas e afro-brasileiros. No plano da criação artística, o olhar para a temática afro-brasileira foi despertado a partir, como afirma Munanga (2000), de congressos realizados na cidade do Recife em 1934 e em Salvador em 1937. Por seu turno, o antropólogo Munanga (2019) observa que essa arte africana foi desarraigada de seu contexto original ao ser trazida com os escravizados e replantada em solo brasileiro junto a outras manifestações artísticas. A arte africana possui uma intensa carga emocional e expressiva, representando as lutas, crenças, narrativas e tradições das comunidades locais. A religião desempenha um papel central em muitas dessas criações artísticas, destacando-se como um elemento crucial.

Vidal (2015) destaca a importância da música para as culturas africanas, onde os sons são parte essencial de celebrações, rituais religiosos, atividades cotidianas e cerimônias, como caçadas. Vários instrumentos originários da África estão presentes na música brasileira e são amplamente utilizados, como o atabaque, agogô, chocalho, pandeiro e triângulo. Entre os

exemplos de ritmos e canções de origem africana incorporados à cultura brasileira, há o Acalanto, que consiste em canções comunitárias entoadas por mulheres escravizadas que cuidavam dos filhos de seus senhores. Além disso, instrumentos como o batoque, uma percussão usada em danças, tiveram seu uso proibido por religiosos por estar associado a práticas culturais originárias de Angola e Congo.

Outro elemento cultural presente e que resistiu ao processo de descaracterização e apagamento é a capoeira, uma forma de luta que combina elementos de dança, incorporando aspectos de artes marciais, esportes, cultura popular e música, sendo um importante símbolo da resistência dos escravos no Brasil. Embora hoje seja reconhecida como uma manifestação cultural brasileira, no passado, sua prática era ilegal e considerada uma atividade subversiva. No que se refere à dança, originada pela música, o maracatu é uma expressão cultural de raízes africanas que se incorporou ao folclore brasileiro, especialmente no estado de Pernambuco, no Nordeste do país. Ele remonta à tradição da "Coroação dos Reis Congos" e é uma homenagem a Nossa Senhora do Rosário, padroeira dessa celebração (Vidal, 2015).

Já o samba é um estilo de dança e um gênero musical, considerado um dos mais representativos do Brasil. A palavra "samba" deriva dos notáveis dançarinos africanos, conhecidos como "sambas", que se destacavam pela maneira distinta com que dançavam – ora agachados, ora em pé, sempre sorridentes e com as mãos apoiadas na cintura. O samba, apesar de ter raízes no Brasil, carrega a influência africana em sua origem. Um nome de destaque quando se fala em samba é o de Dona Ivone Lara (1921-2018), conhecida como a Rainha do Samba ou Grande Dama do Samba. Ela foi uma figura importante na música brasileira e, em 1965, tornou-se a primeira mulher a compor um samba-enredo oficial.

Em relação às vestimentas, destaca-se o "Pano da Costa", também conhecido como tecido alaká. Este tecido pode ser utilizado de várias formas, amarrado ao corpo. Normalmente, é colocado sobre um dos ombros, com uma ponta pendendo sobre o peito e a outra nas costas. As saias com babados, por outro lado, eram vestes comuns entre as mulheres escravizadas. Essas saias volumosas, com bordados nas bordas, eram usadas com anáguas, feitas de tecidos rústicos e simples, como algodão grosso, o que limitava o guarda-roupa a peças básicas (Vidal, 2015).

O artesanato africano, assim como sua arte, é uma representação autêntica dos hábitos e tradições das diversas tribos africanas. Inicialmente, sua produção estava diretamente relacionada à natureza, mas por volta do século X, na região subsaariana, começou a ganhar

maior sofisticação. A figura humana se destaca como tema central nas criações africanas, revelando não apenas as características de seu povo, mas também seus costumes e cultura (Vidal, 2015). Na África, o turbante, por exemplo, um elemento afro-islâmico, faz parte da identidade cultural do povo, onde os trajes tradicionais incluem lenços envoltos ao corpo.

As divindades da mitologia iorubá, conhecidos no Brasil como orixás, são reverenciados em várias religiões de origem africana, como o candomblé – com maior expressão na Bahia –, a umbanda – muito presente no Rio de Janeiro – e o xangô – cultuado principalmente em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Maranhão. Na África, cada orixá era originalmente vinculado a uma cidade ou nação específica, o que resultou em cultos distintos conforme a região. Conforme Vidal (2015), ainda é comum encontrar pessoas que associam as práticas religiosas afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé, a rituais de feitiçaria ou até mesmo demoníacos. Essa percepção preconceituosa impede um entendimento mais profundo dessas religiões e afasta as pessoas da verdadeira essência dessas crenças. As religiões de origem africana no Brasil, apesar de terem sido duramente atacadas e ainda enfrentarem preconceito, mostram uma incrível capacidade de resistir, atravessar fronteiras e se manter vivas em diferentes partes do mundo.

É preciso perceber que o universo de símbolos e significados não se formou sem diálogo com outras matrizes religiosas, como o catolicismo europeu e as práticas indígenas. Vidal (2015) indicam que a incorporação de elementos católicos, como a associação entre orixás e santos, criou um sincretismo, isso em face da repressão católica, que resultou em um sistema religioso único. Esse processo não só garantiu a continuidade das tradições africanas, mas também deu origem a uma nova identidade espiritual, enriquecendo o patrimônio cultural brasileiro. Por seu turno, Lopes (2011), esclarece que dos povos iorubás, principalmente da África Ocidental, o Brasil herdou as danças dos orixás, marcadas pela teatralidade e gestualidade. Por outro lado, das tradições bantu vieram as danças circulares e processionais, que frequentemente encenam histórias ou dramas, e por isso são chamadas de "danças dramáticas".

Esses ritmos e danças, assimilados no Brasil, são representações culturais transmitidas de geração em geração, carregando elementos artísticos e lúdicos. Esses estilos musicais, fortemente conectados à religiosidade e à espiritualidade, expressam-se em formas que transcendem o físico e o tangível, atravessando a sensibilidade e a imaginação. Eles representam um dos muitos modos pelos quais a cultura africana resistiu à escravidão, à violência e à opressão

ao longo dos séculos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou como a cultura africana contribuiu significativamente para a formação da identidade afro-brasileira, destacando a importância de reconhecer e valorizar esse patrimônio cultural para promover a igualdade e a diversidade no Brasil. A integração e celebração das tradições africanas são essenciais para uma compreensão mais profunda da identidade nacional e para o fortalecimento da sociedade como um todo.

A África, considerada o berço da humanidade, é caracterizada por uma enorme e rica diversidade cultural, que foi crucial para a formação da identidade afro-brasileira. A chegada dos portugueses ao Brasil, acompanhada pela importação de escravizados africanos, iniciou um processo de miscigenação que moldou a cultura brasileira de maneiras profundas e complexas. A interação entre as tradições africanas e as culturas indígenas e europeias resultou na rica tapeçaria cultural que caracteriza o Brasil contemporâneo.

A influência da cultura africana na formação da identidade afro-brasileira é visível em muitos aspectos da vida cotidiana, desde a música e a dança até as práticas religiosas e a culinária. No entanto, o reconhecimento e a apreciação plena destes contributos são muitas vezes dificultados por preconceitos históricos e estereótipos persistentes.

Para combater esses preconceitos e promover uma compreensão mais plena da riqueza cultural afro-brasileira, é necessário aprofundar o conhecimento das tradições africanas e sua integração no Brasil. A arte, a dança e outros elementos culturais desempenham um papel essencial na representação e valorização deste patrimônio. Portanto, a educação e a sensibilização sobre as influências africanas são essenciais para a construção de uma identidade nacional inclusiva e respeitosa.

#### REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (o legado da “raça branca”)**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREITAS, M. D. S. **Refletir sobre a história do negro no Brasil**: uma resposta ao racismo. In:

# III CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

“O QUE NOS APROXIMA E O QUE NOS DISTANCIA?”

A(S) DIFERENÇA(S) NA EDUCAÇÃO FÍSICA”



II Congresso de Educação, Iporá, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **O movimento negro na última década**. In.: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (Orgs.). Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZÁLEZ, Uruguay Cortazzo. Branquitude e crítica literária. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição. (Orgs.). **Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana**. Frederico Westphalen: URI, 2011, p. 119-130.

HINO DA PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA DO BRASIL. Medeiros e Albuquerque (letra); Leopoldo Miguez (música). Rio de Janeiro: 1890.

LOPES, Nei. **Heranças Culturais: História e Cultura africanas e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2011. 86 p.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e cultura afro-Brasileira**. 2. Ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Arte Afro-brasileira: O que é afinal? In: AGUILAR, Nelson (Org) **Mostra do Descobrimento: Arte Afro-brasileira**. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

QUEVEDO, Júlio; QUEVEDO, Marlene Odorñez. **A Escravidão no Brasil: Trabalho e Resistência**. São Paulo: FTD, 1996.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 303 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mmtct> Acesso em: 18 de maio de 2023.

VIDAL, Julia. **O Africano Que Existe Em Nós, Brasileiros: moda e design afrobrasileiros**. 1 ed. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2015.